



A CONSTRUÇÃO DE UM NOVO PAÍS

AGENDA DA CONSTRUÇÃO CIVIL 2016/2018



CBIC *Câmara Brasileira
da Indústria da Construção*



APEOP-PR – ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DOS EMPRESÁRIOS DE OBRAS PÚBLICAS









A CONSTRUÇÃO DE UM NOVO PAÍS

AGENDA DA CONSTRUÇÃO CIVIL 2016/2018



EXPECTATIVA E OPORTUNIDADE MARCAM O MOMENTO ATUAL

O Brasil vive o momento mais importante da sua história recente e seu desfecho marcará, obrigatoriamente, o começo de um novo ciclo. Um ciclo de mudança que atenda o desejo da população.

A Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), **em conjunto com suas 82 entidades associadas**, presentes nas 27 unidades da federação, tem buscado contribuir, ao longo do tempo, com propostas que tornem nosso país melhor, através de objetivos definidos de forma democrática e regionalmente equilibrada.

A construção civil representa 6,4% do PIB nacional e sua cadeia produtiva 8,5%. Nos últimos anos, o setor alcançou 3,2 milhões de trabalhadores com carteira assinada, contingente

que sofreu redução a partir de outubro de 2014. De lá para cá, a construção perdeu quase 700 mil postos formais de trabalho, movimento com expressivo impacto social e econômico diante da consequente redução do consumo das famílias e da arrecadação tributária e previdenciária dos entes da federação.

A partir da identificação de gargalos para o crescimento, e para embasar tecnicamente propostas para reverter esse quadro, a CBIC tem desenvolvido estudos propositivos nas suas mais diversas áreas de atuação, em parceria com renomados especialistas, e os coloca à disposição para análise e, se necessário, apresentação presencial e discussões específicas. No Anexo I, lista completa dos temas estudados e seus autores.

A CONSTRUÇÃO CIVIL EM NÚMEROS

- **Participa com 6,4% do PIB nacional (2015 IBGE)**
- **Representa 28,3% do PIB industrial (2015 IBGE)**
- **Representa 55,5% do investimento nacional (2015 IBGE)**
- **Em 2015, o PIB da construção recuou 7,6% e o PIB nacional 3,6%**
- **O estoque de trabalhadores formais do setor da construção foi de 2.617.234 (CAGED MTE – MAR 2016)**

CONFIANÇA: O CAMINHO PARA REVERTER A CRISE

A construção civil acompanha os desdobramentos da crise brasileira e enxerga um conjunto de iniciativas capazes de transformar esse cenário. São prioridades a contenção do gasto público; a adoção de novas fontes de investimento, com uso mais eficiente dos recursos; a melhoria das relações de trabalho; um esforço maior para a redução da informalidade no setor. Olhar para a frente e construir um futuro melhor para todos é o nosso objetivo.

O Estado brasileiro, nos seus três níveis, perdeu capacidade de investimento, as contas públicas estão totalmente descontroladas e temos graves problemas sociais a serem entendidos e enfrentados, principalmente, os que atingem a população mais pobre. **A palavra confiança tem que voltar a fazer parte do nosso dia a dia. O Brasil avançou muito no campo dos direitos sociais e das liberdades individuais, conquistas que estão ameaçadas se não houver avanço também no campo econômico.**

O Brasil não terá uma democracia sólida sem a eficiência da máquina pública. A qualidade do serviço entregue pelo Estado ao cidadão brasileiro não é compatível com o preço pago através dos impostos. Diante disso, e da elevada carga tributária vigente, a construção civil rejeita soluções que envolvam o aumento ou a criação de novos impostos.

“No entanto, a parte mais importante dos desequilíbrios é de natureza estrutural e está relacionada à forma como funciona o Estado brasileiro. Ainda que mudássemos completamente o modo de governar o dia a dia, com comedimento e responsabilidade, mesmo assim o problema fiscal persistiria. Para enfrentá-lo teremos que mudar leis e até mesmo normas constitucionais, sem o que a crise fiscal voltará sempre, e cada vez mais intratável, até chegarmos finalmente a uma espécie de colapso”. (Trecho do documento Ponte para o Futuro)

A construção civil destaca esse trecho do documento “Ponte Para o Futuro”, para enfatizar a convergência de entendimento e, mais que isso, reconhecer que tais mudanças são necessárias, muitas das quais difíceis de serem implantadas, e exigem amplo apoio da sociedade organizada. **A CBIC e suas associadas enfatizam que a construção civil apoiará com vigor todo esforço empreendido para enfrentar o que for preciso, por mais desafiador que seja para o conjunto da sociedade. A força desse setor está e sempre estará à disposição do Brasil.** O desafio é apresentar uma resposta imediata para a grave crise que o país vive em conjunto com uma agenda de médio e longo prazos, que crie as condições para um desenvolvimento sustentável.

AGENDA DA CONSTRUÇÃO CIVIL

CONTROLE E EFICIÊNCIA DO GASTO PÚBLICO

- Adoção de mecanismo que suspenda novas despesas e ampliação das existentes quando constatado déficit orçamentário
- Melhoria da legislação de licitações, com vistas a dar maior eficiência e transparência
- Foco no investimento

REFORMAS ESTRUTURAIS

- Discussão e aprovação rápida da reforma da Previdência, com adoção da idade mínima
- Nas relações trabalhistas, sobrepor-se o negociado ao legislado
- Rever gastos obrigatórios e as vinculações do orçamento

MELHORIA DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS

- Adoção de medidas para melhorar o ambiente de negócios e a insegurança jurídica
- Setor público planeja e regula, Setor Privado executa
- Profissionalizar agências reguladoras

CONCESSÕES E PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

- Criar mecanismos que facilitem a execução de projetos por Estados e municípios, contemplando também micro setores em que o poder público não consegue atuar com eficácia – saneamento básico, iluminação pública e outros
 - ✓ Fundo garantidor nacional, similar a resseguros, com garantia lastreada pelo Fundo Participação de Estados e municípios
 - ✓ Estrutura de apoio técnico a Estados e municípios na montagem de processos
- Ajustar modelagem para permitir a participação de mais empresas
 - ✓ Modularização
 - ✓ Toolkit
 - ✓ Melhor uso de seguros
 - ✓ Project finance

- Formar grupo de acompanhamento com reuniões mensais para discutir problemas operacionais. Comando da futura Secretaria Especial e incluindo a iniciativa privada, bancos financiadores e o Ministérios

- Legislação que dê maior segurança jurídica

HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

- Incentivar o uso simultâneo de subsídio e financiamento – FAIXA 1 ½
- Diminuir o custo operacional das operações com recursos do FGTS
- Financiar com recursos do FGTS somente obras formais
- Maior apoio de assistentes sociais no pré e pós obra, incluindo programa de geração de emprego e renda em parceria com o SEBRAE

GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA

- Focar a fiscalização no combate à informalidade, com a adoção de políticas que premiem o trabalhador formal e desestimulem o informal
- Criar a mentalidade em que o Estado deve ser mediador e não fomentador dos conflitos

GRUPO EXECUTIVO PAC

- Montagem de grupo executivo para priorizar obras e agilizar processos
 - ✓ Definir projetos caso a caso, a partir de critérios fixados estrategicamente
 - ✓ Custo benefício – maior retorno para a população e a economia
 - ✓ Estágio da obra – preferência para as mais adiantadas
 - ✓ Parcerias com setor privado, naquelas que possam ser transformadas em concessão e/ou PPPs
- Recursos
 - ✓ Usar a contrapartida dos entes federados e financiamentos
 - ✓ Recursos – recalibrar a CIDE para ajudar no financiamento da infraestrutura

REFORMA DO ESTADO: EFICIÊNCIA E CONTROLE DO GASTO

Um dos vetores mais relevante do cenário nacional é o profundo desequilíbrio fiscal. **A CBIC e suas associadas apoiarão propostas legislativas que diminuam o engessamento do orçamento e bloqueiem novas despesas ou o acréscimo às existentes, sejam quais forem, quando houver tendência de déficit.** Nessa direção, tramitam no Congresso Nacional propostas cujas regras bem contemplam a necessidade de recuperar o controle do gasto público e renovar a gestão fiscal.

O investimento tem que voltar a ser prioridade, conforme dados do estudo da Inter.B Consultoria, do economista Claudio Frischtak, segundo o qual no ano passado O Brasil investiu somente 1,8 % do PIB em infraestrutura. É sabido que seria necessária a destinação de 3% do PIB somente para manter o aparato existente e 5% a 7% para estabelecer um crescimento sustentável da economia. O momento exige reavaliar despesas obrigatórias que não mais atendem às demandas estratégicas do país e enfrentar o aparelhamento instalado no Estado brasileiro nos últimos anos.

Estudo realizado pela Associação Contas Abertas, a pedido da CBIC, corroboram a percepção de que os poucos recursos disponíveis para o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) devem ter critério de prioridade na aplicação e, principalmente, eficiência no gerenciamento da execução. Para isso, a construção civil entende que deve ser montado um grupo executivo que adote critérios de priorização, considerando as necessidades do país e os recursos

Grande parte das demandas sociais e econômicas do Brasil tem como solução produtos da construção: moradia, saneamento básico, infraestrutura, energia. tos da construção: moradia, saneamento básico, infraestrutura

disponíveis para, a partir disso, negociar com o setor e as empresas. Cabe à esse estudo, ainda, estudar os vários entraves dos projetos, desde a licitação até a entrega, passando por suas diversas etapas com vistas a reduzir o atraso e a incidência de obras inacabadas.

Mesmo a premissa do direito adquirido tem que ser avaliada à luz do interesse público. A CBIC exalta a importância e defende o Estado de Direito; reconhece o direito adquirido, pelos quais sempre lutou, mas discorda da ação de corporações que, ao longo do tempo, têm aproveitado para instituir benefícios incompatíveis com a realidade brasileira. Orçamento de Poderes que crescem descontroladamente devem ser mostrados a população, para que compreenda onde são aplicados os recursos dos impostos.

No que diz respeito à Previdência Social, o Brasil não pode cultivar a ilusão de que, sem mudanças, seus filhos e netos terão proteção. Essa conta não fecha. É preciso desenvolver um novo modelo, aprendendo com experiências exitosas, que garanta a aposentadoria digna e favoreça o aumento da poupança interna para recuperar a capacidade de investimento do país.

RETOMADA DO INVESTIMENTO: TRANSPARÊNCIA E FORMALIDADE

Para melhorar a eficiência do Estado, o modelo deve combinar na mesma equação que cada parte faça o que sabe fazer melhor. **Assim, o Estado planeja e regula; a iniciativa privada executa. O Estado tem que prover o serviço, mas não precisa executá-lo. Na área trabalhista o negociado deve sobrepor-se ao legislado.** Essa é a melhor forma de modernizar a legislação atual, aprovada há quase 80 anos. O resultado disso é uma grave distorção, que levou o Brasil a registrar 100 milhões de ações trabalhistas, com quase 4 milhões de novas ações impetradas por ano. Dados do SIAFI demonstram que a folha de pagamento da justiça do trabalho ocupa a terceira posição entre os maiores gastos do orçamento da União; acima de Saúde, da Previdência e da própria Justiça Federal. É preciso trabalhar pela recuperação do emprego e sua qualificação; pela produtividade; e desestimular o litígio que hoje opõe trabalhador e empreendedor.

Dados da PNAD registram que 56,3% dos ocupados na construção civil não recolhem à Previdência, ou seja, são informais. A formalização desse contingente de trabalhadores significa arrecadação potencial anual de R\$ 30 bilhões só na Previdência, considerados os números de 2015. **A construção civil propõe que a política de fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego seja focada no combate a informalidade: não existe programa social com maior impacto que o emprego decente. A CBIC e suas associadas têm conduzido experiências exitosas em diminuir esta distorção.**

Na relação com o setor público, é vital dar mais transparência a todos os atos. A construção civil defende a economia de mercado, em

que a livre concorrência é pré-condição para a sua existência. Em seu encontro anual, A CBIC e suas associadas apresentarão documento em que a construção civil brasileira compromete-se a manter-se alinhada com os países mais desenvolvidos em relação à ética nas relações público-privadas e concorrenciais.

É preciso abolir o modelo concentrador que permeia a execução de obras públicas e trazer novas empresas para esse segmento. Temos muitas empresas sólidas e estruturadas para assumir, com eficiência, a função que era desempenhada por um pequeno grupo até agora. Para isso, é preciso uma nova mentalidade na contratação e modelagem de projetos, com regras que estimulem a concorrência e abram o mercado para empresas de diversos portes. A pedido da CBIC, a consultoria GO Associados, com coordenação do economista Gesner de Oliveira, executou estudo em que propõe 16 medidas para tornar mais competitivo e abrangente este mercado.

Em 2003, a construção encerrou o ano com 1,05 milhão de trabalhadores formais. Em 2013, alcançou 3,09 milhões. Em março de 2016, esse estoque caiu para 2,62 milhões

Dos cerca de 8 milhões de ocupados na construção civil, 56,3% são informais, o equivalente a cerca de 5 milhões de pessoas.

A renda média dos ocupados na construção é de R\$ 1.623 (PNAD Contínua - IBGE), o que pode gerar arrecadação de R\$ 30 bilhões apenas para a Previdência.

HABITAÇÃO E CONCESSÕES: OPORTUNIDADES DE REAÇÃO

O Programa Minha Casa Minha Vida foi construído em conjunto pelo governo federal, a construção civil, movimentos sociais, trabalhadores e o Fórum de Secretários de Habitação, dentre outros parceiros. Seus resultados demonstram sua eficácia no combate ao déficit habitacional, porém sua execução exige aprimoramentos, inclusive para atender este momento de desequilíbrio fiscal. O MCMV deve ser utilizado para atender a quem precisa e exigir contrapartida daqueles que podem pagar. Se mais bem administrado, pode dobrar o número de unidades entregues sem gastar mais recursos, simplesmente apropriando a capacidade das famílias que podem assumir financiamento.

Também é necessário **utilizar recursos do orçamento para diminuir o peso do subsídio sobre o FGTS** e, sobretudo, diminuir seu custo operacional. Isso inclui desde o excesso de burocracia até as taxas, seguros e outros dispêndios envolvidos em todo o processo. Cabe um alerta: inviabilizado no início dos anos 90, o FGTS foi recuperado ao longo do período seguinte com boa gestão e, hoje, apresenta bons resultados operacionais. Tendo responsabilidade na sua gestão, a construção civil rejeita que o Fundo seja utilizado para outros fins que não aquele para o que foi instituído: financiar a habitação e o desenvolvimento urbano.

O Programa Minha Casa Minha Vida **deve ter um maior acompanhamento de assistentes sociais**. Para seu maior sucesso, as famílias precisam de acompanhamento antes e depois da entrega da habitação. **A CBIC e suas associa-**

Entre 2009 e 2015, o PMCMV contratou 4.1 milhões de habitações de interesse social: 41% na faixa 1; 47% na faixa 2; e 12%, na faixa 3

Nesse período, foram destinados ao Programa Minha Casa Minha Vida o montante de R\$ 287,8 bilhões

79% das unidades contratadas foram concluídas ou estão na fase final; 8% estão em produção com mais de 25% das obras realizadas e menos de 75%; e 13% têm menos de 25% das obras executadas

Desde 2009, o MCMV empregou diretamente 2,5 milhões de trabalhadores, gerando 385 mil novos postos de trabalho ao ano, em média. Desse total, 525 mil trabalhadores atuam hoje nas obras em andamento. Também foram gerados 2,5 milhões de vagas indiretas

Os valores contratados entre mai/2009 e dez/2015 pelo PMCMV adicionaram diretamente R\$ 143,8 bilhões à economia e indiretamente mais R\$ 120,1 bilhões, totalizando R\$ 263,9 bilhões

Os tributos diretos gerados somaram quase R\$ 31,5 bilhões. Cerca de 40% dos recursos investidos retornam em arrecadação para os governos federal, estaduais e municipais: o MCMV já superou a marca dos R\$ 66 bilhões em tributos gerados

das sugerem a formulação de um programa para geração de emprego e renda, em parceria com o SEBRAE, para atender cada comunidade constituída. O Minha Casa Minha Vida deve transformar-se em política de Estado, orientada para a emancipação das famílias beneficiadas.

O financiamento para classe média depende de recursos da Caderneta de Poupança que, com a atual taxa básica de juros, perdeu atratividade. Enquanto não for recuperada sua capacidade de captação, cabe analisar mais profundamente se o uso atual é compatível com seu objetivo. O setor entende que pode ser liberado volume expressivo de recursos para financiamento.

Concessões e Parcerias Público-Privadas são realidade no mundo. Muitos países, inclusive na América Latina, têm obtido resultados excelentes em seus programas. Estas modalidades podem ser utilizadas de forma abrangente, além das tradicionais, beneficiando para além da logística e energia segmentos como saneamento básico; resíduos sólidos; iluminação pública; hospitais; presídios e outros. Certamente podem ser a grande alavanca do crescimento.

No Brasil, estas modalidades de investimento ainda estão em fase de consolidação e aprendizado. Por serem complexas, merecem um tratamento especial. A CBIC tem propostas que foram acumuladas a partir do diálogo com vários atores, estudos, eventos internacionais e regionais (conheça no Anexo II o registro desses eventos e dados produzidos). As grandes concessões demandam volume expressivo de recursos e têm tempo maior de maturação. Existem hoje no Brasil centenas de projetos menores em andamento, e que não deslancham, iniciativa de Estados e municípios. Para terem prosseguimento, necessitam de apoio técnico e mecanismos de garantia. Alguns Estados têm tido êxito com um fundo garantidor lastreado pelo Fundo Participação dos Estados (FPE).

Com as concessões e Parcerias Público-Privadas o Brasil pode readquirir capacidade de investimento; impedir o inchaço da máquina

pública e, principalmente, entregar serviços de melhor qualidade e fiscalizados pela sociedade. Se considerarmos o número de municípios brasileiros, suas carências e a capacidade do nosso empreendedor, perceberemos o tamanho deste mercado e seu potencial econômico e social. A construção civil tem know-how para auxiliar os governos na implantação de um programa de concessões estruturado e exitoso, à exemplo do realizado com o MCMV.

O avanço das concessões e parcerias também permitirá equacionar gargalos que o setor público não tem conseguido enfrentar, como a universalização do saneamento básico. Estudo realizado pela Associação Contas Abertas a pedido da CBIC demonstra que menos de 7% dos recursos disponibilizados pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) foram efetivamente investidos nesse setor, no período de 2007/15.

São diversos os segmentos cujo estímulo significará novas oportunidades de negócio, combustível para a recuperação da economia e a oferta de melhor serviço ao cidadão. Há muito a avançar no campo da energia renovável e muitos investidores interessados, num movimento que alinhará o país às economias mais desenvolvidas no mundo e aos compromissos da COP21.

O futuro que enxergamos exige transparência e eficiência. A construção civil está sintonizada com as mudanças pelas quais passa o Brasil e dará sua contribuição com a firmeza que caracteriza sua atuação.

ANEXO I

ESTUDOS E DOCUMENTOS PRODUZIDOS PARA A CÂMARA BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO (CBIC)



Ano: 2015
Área Técnica: CBIC/Fórum de Ação Social e Cidadania
Autor: Seravalli Consulting



Ano: 2015
Área Técnica: CBIC/Comissão de Obras Públicas, Privatizações e Concessões (COP)
Autor: Raul Velloso



Ano: 2015
Área Técnica: CBIC/Comissão de Obras Públicas, Privatizações e Concessões (COP)
Autor: GO Associados



Ano: 2016
Área Técnica: CBIC/Comissão de Obras Públicas, Privatizações e Concessões (COP)
Autores: Vernalha Guimarães & Pereira Advogados
GO Associados



Ano: 2015
Área Técnica: CBIC/Comissão de Obras Públicas, Privatizações e Concessões (COP)



Ano: 2015/2016
Área Técnica: CBIC/Comissão de Obras Públicas, Privatizações e Concessões (COP)



Ano: 2015/2016
Área Técnica: CBIC/Comissão de Obras Públicas, Privatizações e Concessões (COP)



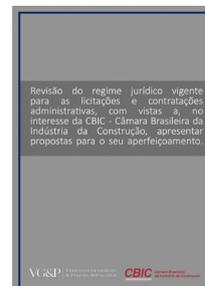
Ano: 2015/2016
Área Técnica: CBIC/Comissão de Obras Públicas, Privatizações e Concessões (COP)



Ano: 2014
Área Técnica: CBIC/Comissão de Obras Públicas, Privatizações e Concessões (COP)
Autor: Tribunal de Contas da União (TCU)



Ano: 2012
Área Técnica: CBIC/Comissão de Obras Públicas, Privatizações e Concessões (COP)
Autor: BOOZ & CO



Ano: 2015
Área Técnica: CBIC/Comissão de Obras Públicas, Privatizações e Concessões (COP)
Autor: Vernalha Guimarães & Pereira Advogados

ESTUDOS E DOCUMENTOS EM FASE FINAL DE EDITORAÇÃO

PAC – PREVISTO E REALIZADO

Ano: 2016

Área Técnica: CBIC/ Comissão de Obras Públicas, Privatizações e Concessões (COP)

Autor: Associação Contas Abertas

IMPACTOS DOS INVESTIMENTOS NO PAC 2007/15

Ano: 2016

Área Técnica: CBIC/ Comissão de Obras Públicas, Privatizações e Concessões (COP)

Autor: Inter.B Consultoria

IMPACTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DO PMCMV

Ano: 2016

Área Técnica: CBIC/Comissão da Indústria Imobiliária (CII)

Autor: Fundação Getúlio Vargas (FGV)

MELHORIAS NO CREDITO IMOBILIÁRIO

Ano: 2016

Área Técnica: CBIC/Comissão da Indústria Imobiliária (CII)

Autor: Magalhães & Eloy Consultoria e Assessoria





CBIC *Câmara Brasileira
da Indústria da Construção*

